



ESTADO DO PARANÁ  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA OS CARGOS DE  
JUIZ LEIGO E CONCILIADOR**

ÁREA DE CONHECIMENTO: DIREITO

DATA DA PROVA: 22/11/2019      HORÁRIO: das 14:00 às 17:00 horas

Preencha e assine o nome e o número de inscrição do candidato no local indicado abaixo, bem como no cartão resposta.

Candidato(a): \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO(A) CANDIDATO(A)

Nº da Inscrição: \_\_\_\_\_

**INSTRUÇÕES**

A prova conta com 20 (vinte) questões objetivas, com valor de 0,5 pontos cada e o prazo concedido para a resolução da mesma é de 3 (três) horas, incluindo o tempo destinado ao preenchimento do cartão de respostas.

A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais. Não destaque folhas da prova.

No cartão de respostas, que faz parte integrante da última folha da prova. Examine se há marcações indevidas no campo destinado às suas respostas. Se houver, reclame imediatamente.

Verifique, nos cadernos de prova, se faltam folhas, se a sequência de questões, no total de 20 (vinte) questões objetivas, está correta e se há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas. Comunique imediatamente ao fiscal qualquer irregularidade.

Para cada questão objetiva são apresentadas 4 (quatro) alternativas diferentes de respostas (A, B, C e D). Apenas uma delas constitui a resposta correta em relação ao enunciado da questão.

Utilize somente caneta esferográfica com tinta azul ou preta.

Questões em branco ou que contenham mais de uma resposta ou emendas ou rasuras não serão consideradas.



ESTADO DO PARANÁ  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Durante a realização das provas **é vedado qualquer tipo de consulta** à leis, livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular ou qualquer equipamento elétrico ou eletrônico, **inclusive telefones celulares**, sob pena de eliminação do candidato.

O penúltimo candidato permanecerá na sala, até o último candidato terminar sua prova.

Ao encerrar a prova, entregue ao fiscal de sua sala o cartão de respostas devidamente assinado juntamente com o caderno de provas.

---

**QUESTÕES:**

---

**QUESTÃO 1** –

**Acerca da Lei 12.153/2009 que dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, assinale a alternativa INCORRETA:**

- A)** É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 40 (quarenta) salários mínimos.
- B)** No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é absoluta.
- C)** Podem ser partes no Juizado Especial da Fazenda Pública: I – como autores, as pessoas físicas e as microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; II – como réus, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios, bem como autarquias, fundações e empresas públicas a eles vinculadas.
- D)** O juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação.

**QUESTÃO 2** –

**Ainda, a acerca da Lei 12.153/2009 julgue os itens a seguir:**

- I.** Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para a audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- II.** Os representantes judiciais dos réus presentes à audiência poderão conciliar, transigir ou desistir nos processos da competência dos Juizados Especiais, nos termos e nas hipóteses previstas na lei do respectivo ente da Federação.



ESTADO DO PARANÁ  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

III. Os Juizados Especiais da Fazenda Pública, órgãos da justiça comum e integrantes do Sistema dos Juizados Especiais, serão criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para conciliação, processo, julgamento e execução, nas causas de sua competência

IV. Para efetuar o exame técnico necessário à conciliação ou ao julgamento da causa, o juiz nomeará pessoa habilitada, que apresentará o laudo até 5 (cinco) dias antes da audiência

**Estão CORRETAS as assertivas:**

- A) II e III, apenas;
- B) I, II, III e IV.
- C) II, III e IV, apenas
- D) I, II e III, apenas.

**QUESTÃO 3** –

**Assinale a alternativa que contém a afirmação CORRETA em relação ao Assunto indicado: Juizado Especial Cível, previsto na lei nº 9.099/95:**

- A) O não comparecimento do autor à audiência gera revelia.
- B) O acesso independe, tanto em primeiro quanto em segundo grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas.
- C) O Juizado Especial Cível não tem competência para as ações de despejo para uso próprio.
- D) Nas ações para reparação de dano de qualquer natureza, é competente tanto o foro do domicílio do autor, quanto o do local do ato ou fato.

**QUESTÃO 4-**

**No que concerne aos aspectos processuais dos Juizados Especiais Cíveis previstos na Lei nº 9.099/95, é CORRETO afirmar que:**

- A) Poderão também ser partes, no processo instituído por esta Lei, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.
- B) Admitir-se-á nomeação à autoria, chamamento ao processo e assistência.
- C) Tratando-se de pedidos cumulativos, a soma poderá ultrapassar o limite de quarenta salários mínimos.
- D) Não se fará citação por edital, ainda que o réu se encontre em local incerto e não sabido.

**QUESTÃO 5**

**Acerca 'Das Provas' dispõe a Lei 9.099/95:**

- I) Todos os meios de prova moralmente legítimos, ainda que não especificados em lei, são hábeis para provar a veracidade dos fatos alegados pelas partes.



## ESTADO DO PARANÁ

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**II)** Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente, podendo o Juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias;

**III)** As testemunhas, até o máximo de cinco para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação, ou mediante esta, se assim for requerido;

**IV)** O requerimento para intimação das testemunhas será apresentado à Secretaria no mínimo dez dias antes da audiência de instrução e julgamento.

Está **CORRETO** o que se afirma nas alternativas:

- A) I e II, apenas;
- B) I, II e III, apenas
- C) I, II e IV, apenas
- D) I, apenas

### **QUESTÃO 6**

**Na Seção XII da Lei 9099/95, que se refere à 'SENTENÇA', assinale a alternativa INCORRETA:**

- A) A sentença mencionará os elementos de convicção do Juiz, com breve relatório resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência, dispensado o relatório.
- B) É ineficaz a sentença condenatória na parte que exceder a alçada estabelecida nesta Lei;
- C) No recurso, as partes serão obrigatoriamente representadas por advogado.
- D) O preparo será feito, independentemente de intimação, nas setenta e duas horas seguintes à interposição, sob pena de deserção.

### **QUESTÃO 7**

**Geremias, que ocupa há mais de vinte anos um terreno em uma valorizada área urbana e preenche os requisitos para usucapir o referido bem, decidiu, em 2016, ajuizar uma ação de usucapião. Nesse contexto, é CORRETO afirmar que:**

- A) Na ação de usucapião de imóvel, os confinantes serão citados por edital, exceto quando tiver por objeto unidade autônoma de prédio em condomínio, caso em que tal citação é feita pessoalmente.
- B) Na ação de usucapião de imóvel, os confinantes serão citados pessoalmente, exceto quando tiver por objeto unidade autônoma de prédio em condomínio, caso em que tal citação é dispensada.
- C) A citação será feita pelo correio para qualquer comarca do país, exceto quando o citando for capaz.
- D) Os confinantes serão citados pessoalmente, em qualquer hipótese.

### **QUESTÃO 8**



ESTADO DO PARANÁ  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Quando duas ou mais demandas individuais possuem o mesmo pedido e/ou a mesma causa de pedir, diz-se que são conexas. Nessa situação, se estiverem tramitando em juízos diversos, poderão ser reunidas para julgamento conjunto pelo juízo prevento. Caso esses juízos tenham competência territorial diversa, é **CORRETO** afirmar que será considerado prevento aquele:

- A) Em que se proferiu o primeiro despacho liminar positivo.
- B) Para o qual primeiro foi distribuída a petição inicial.
- C) Que tiver, ao tempo da arguição da conexão, praticado o maior número de atos processuais.
- D) Em que se realizou a primeira citação válida.

**QUESTÃO 9**

Gioconda ingressou, na Vara Cível da comarca XYZ, com uma ação de responsabilidade civil em face de André, observando o procedimento comum. André é regularmente citado para oferecer resposta. Com base nas modalidades de citação previstas pelo Direito Processual Civil, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Se o Oficial de Justiça, após comparecer três vezes ao local, não conseguir citá-lo, mas fiver suspeita de que André se oculta, será feita a citação por edital.
- B) Se a citação ocorrer por meio eletrônico e seu conteúdo não for acessado no prazo de dez dias, deverá ocorrer a citação ficta do réu.
- C) Se André for pessoa incapaz, não será cabível a citação feita pelo correio.
- D) Se for necessário realizar a citação em comarca contigua, deverá ser expedida carta precatória para que o juízo deprecante realize a citação.

**QUESTÃO 10**

**Acerca da Constituição Federal do Brasil:**

**A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:**

- I) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;
  - II) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;
  - III) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;
  - IV) A remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;
- Estão CORRETAS as seguintes alternativas:**



ESTADO DO PARANÁ  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- A) II e III, apenas
- B) I, II e III, apenas
- C) II, III e IV, apenas
- D) Todas estão corretas

**QUESTÃO 11**

Assinale o item **INCORRETO** acerca do título 'DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, constante na Constituição Federal do Brasil:

- A) Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.
- B) São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.
- C) Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;
- D) É plena a liberdade de associação para fins lícitos e de caráter paramilitar.

**QUESTÃO 12**

Acerca dos Direitos Políticos disciplinados na Constituição Federal do Brasil, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: I - plebiscito; II - referendo; III - iniciativa popular.
- B) O alistamento eleitoral e o voto são: Obrigatórios para os maiores de dezoito anos; Facultativos para: os analfabetos, os maiores de setenta anos, os maiores de dezoito e menores de dezesseis anos.
- C) Somente terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que alternativamente: I - obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 3% (três por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas; ou II - tiverem eleito pelo menos quinze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.
- D) É vedada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.



ESTADO DO PARANÁ  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**QUESTÃO 13**

**Ainda acerca dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos previstos na Constituição Federal do Brasil:**

- I) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, mesmo que não haja dano;
- II) Ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;
- III) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;
- IV) É livre a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato.

**Estão CORRETAS as seguintes alternativas**

- A) I e III, apenas
- B) II e III, apenas
- C) II III e IV, apenas
- D) Todas estão corretas

**QUESTÃO 14**

**Em 16/02/2016, Afonsina praticou um crime de lesão corporal culposa simples no trânsito, vitimando Leonora. Afonsina, então, procura seu advogado para saber se faz jus à transação penal, esclarecendo que já foi condenada definitivamente por uma vez a pena restritiva de direitos pela prática de furto e que já se beneficiou do instituto da transação há 7 anos. Deverá o advogado esclarecer sobre o benefício que:**

- A) Não cabe oferecimento de proposta de transação penal porque **Afonsina** já possui condenação anterior com trânsito em julgado.
- B) Não cabe oferecimento de proposta de transação penal porque **Afonsina** já foi beneficiada pela transação em momento anterior.
- C) Poderá ser oferecida proposta de transação penal porque só quem já se beneficiou da transação penal nos 3 anos anteriores não poderá receber novamente o benefício.
- D) A condenação pela prática de furto e a transação penal obtida há 7 anos não impedem o oferecimento de proposta de transação penal.

**QUESTÃO 15**

**Assinale o item CORRETO acerca do título 'Inquérito Policial' constante do Decreto-Lei 3.689/1941 (Código de Processo Penal):**

- A) O inquérito, nos crimes em que a ação pública independer de representação, não poderá sem ela ser iniciado.
- B) O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 15 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.



ESTADO DO PARANÁ  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**C)** Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, ainda que esta contrarie a moralidade ou a ordem pública.

**D)** A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria.

**QUESTÃO 16**

**Acerca da competência pelo lugar da infração, prevista no Decreto-Lei 3.689/1941 (Código de Processo Penal), julgue os itens a seguir:**

**I.** A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for dado início ao primeiro ato de execução.

**II.** Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.

**III.** Se, iniciada a execução no território nacional, a infração se consumar fora dele, a competência será determinada pelo lugar em que tiver sido praticado, no exterior, o último ato de execução.

**IV.** Quando incerto o limite territorial entre duas ou mais jurisdições, ou quando incerta a jurisdição por ter sido a infração consumada ou tentada nas divisas de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.

Estão **CORRETAS** as seguintes alternativas:

**A)** I, II e III, apenas.

**B)** I, III e IV, apenas.

**C)** II e IV, apenas.

**D)** II, III e IV, apenas.

**QUESTÃO 17**

**Relativamente a Lei nº 8.078/1990, Código de Defesa do Consumidor, julgue os itens a seguir:**

**I.** Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.

**II.** O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

**III.** Produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial.

**IV.** O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, comprovada a culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação



ESTADO DO PARANÁ  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos.

**Estão CORRETAS as seguintes alternativas:**

- A) I e III, apenas
- B) II e III, apenas
- C) I, II e III, apenas
- D) Todas estão corretas.

**QUESTÃO 18**

**Ainda relativamente a Lei nº 8.078/1990, Código de Defesa do Consumidor, julgue os itens a seguir:**

**I.** Produto é defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais: I - sua apresentação; II - o uso e os riscos que razoavelmente dele se esperam; III - a época em que foi colocado em circulação.

**II.** Em se tratando de produto industrial, ao fabricante cabe prestar as informações a que se refere este artigo, através de impressos apropriados que devam acompanhar o produto.

**III.** Os fornecedores respondem solidariamente pelos vícios de quantidade do produto sempre que, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, seu conteúdo líquido for inferior às indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou de mensagem publicitária, podendo o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha: I - o abatimento proporcional do preço; II - complementação do peso ou medida; III - a substituição do produto por outro da mesma espécie, marca ou modelo, sem os aludidos vícios; IV - a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos.

**IV.** O fornecedor imediato será responsável quando fizer a pesagem ou a medição e o instrumento utilizado não estiver aferido segundo os padrões oficiais.

**Estão CORRETAS as seguintes alternativas:**

- A) I e III, apenas
- B) II e III, apenas
- C) I, II e III, apenas
- D) Todas estão corretas.

**QUESTÃO 19**

**Acerca da Lei 11.419/2006, que dispõe sobre a Informatização Do Processo Judicial, assinale a alternativa INCORRETA:**



ESTADO DO PARANÁ  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- A)** No processo eletrônico, todas as citações, intimações e notificações, inclusive da Fazenda Pública, serão feitas por meio eletrônico, na forma desta Lei.
- B)** As citações, intimações, notificações e remessas que viabilizem o acesso à íntegra do processo correspondente serão consideradas vista pessoal do interessado para todos os efeitos legais;
- C)** Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais;
- D)** Os documentos cuja digitalização seja tecnicamente inviável devido ao grande volume ou por motivo de ilegibilidade deverão ser apresentados ao cartório ou secretaria no prazo de 05 (cinco) dias contados do envio de petição eletrônica comunicando o fato, os quais serão devolvidos à parte após o trânsito em julgado.

**QUESTÃO 20**

Ainda acerca da Lei 11.419/2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial, **julgue os itens a seguir:**

- I.** Os sistemas de informações pertinentes a processos eletrônicos devem possibilitar que advogados, procuradores e membros do Ministério Público cadastrados, mas não vinculados a processo previamente identificado, acessem automaticamente todos os atos e documentos processuais armazenados em meio eletrônico, desde que demonstrado interesse para fins apenas de registro, salvo nos casos de processos em segredo de justiça.
- II.** A conservação dos autos do processo poderá ser efetuada total ou parcialmente por meio eletrônico;
- III.** A publicação eletrônica na forma do artigo 4º da Lei 11.419/2006 substitui qualquer outro meio e publicação oficial, para quaisquer efeitos legais, à exceção dos casos que, por lei, exigem intimação ou vista pessoal.
- IV.** Considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico.

**Estão CORRETAS as seguintes alternativas:**

- A)** I e III, apenas  
**B)** II e III, apenas  
**C)** I, II e III, apenas  
**D)** Todas estão corretas.